

Deputado prevê votação da anistia em dez dias

AVC P 25

Da Sucursal de Brasília

A fusão das emendas constitucionais que anistiam as dívidas bancárias dos pequenos e médios empresários deverá ser votada pelo Congresso constituinte. A informação foi dada ontem pelo deputado Humberto Souto (PFL-MG), autor de uma das três emendas quer formam a fusão. Segundo ele, as negociações prosseguem com as lideranças parlamentares, mas a decisão de levar a matéria a voto já foi tomada pelos autores das emendas. "Isso é líquido e certo", afirmou.

Souto considera que a proposta de fusão contará com cerca de 500 votos e deve ser votada dentro de dez dias. Perguntado se a falta de quórum observada nas últimas sessões do

Congresso constituinte não poderia afetar sua aprovação, ele ressaltou: "Não comparecer para votar será a mesma coisa que não votar".

O deputado descartou a possibilidade de a anistia ser aprovada pelo Congresso através de um projeto de lei a ser enviado pelo Executivo. "O foro competente é a Constituinte. Por que confrontá-la?", indagou. Segundo ele, também não seria viável a solução da questão através de uma norma de negociação direta entre os bancos oficiais e os devedores, que seria baixada pelo Ministério da Fazenda ou pelo Conselho Monetário Nacional. O motivo, explicou, é que o Executivo não pode aumentar os gastos do Tesouro sem a aprovação do Congresso para

modificações no Orçamento Unificado da União. "Não vamos permitir que o Executivo desarticule a mobilização existente nas bases empresariais", enfatizou.

Sobre as negociações em torno da proposta de um projeto de lei elaborada pelo líder do PLF no Senado, Marcondes Gadelha (PFL-PB), Souto poderou que o senador demonstrou "sensibilidade com o problema", mas disse que "esbarraram no anseio de colocar a matéria a voto". Há, segundo ele, a possibilidade de se prosseguirem as negociações entre o 1º e o 2º turno de votações do Congresso constituinte.

Perguntado se a votação da fusão não poderia causar uma reação do Executivo através da restrição da concessão de créditos futuros a

pequenos e médios empresários por bancos oficiais o deputado respondeu: "Se as agências oficiais decidirem punir um setor que emprega 70% dos trabalhadores do país por defender seus direitos, isso mostrará que este é um governo que não merece o respeito da sociedade".

Quanto à situação dos pequenos e médios empresários que já saldaram suas dívidas, caso seja aprovada a anistia, Souto afirma que eles também foram sacrificados mas provaram que eram capazes de resolver o problema sozinhos. E usou uma metáfora para explicar a situação: "Aqueles que chegaram até a praia não podem reclamar de quem tenta salvar aqueles que estão se afogando".

Confederação das microempresas contesta dados oficiais

Da Sucursal de Florianópolis

O presidente da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas, Pedro Cascaes Filho, contestou ontem em Blumenau (SC) os dados apresentados pelo ministro da Fazenda e pelos bancos sobre os prejuízos que seriam causados com a aprovação da emenda Mansueto de Trabalho. A emenda prevê anistia aos empréstimos contraídos durante o Plano Cruzado. Cascaes conclamou os pequenos e microempresá-

rios e agricultores a irem a Brasília pressionar os constituintes para aprovação da emenda.

Ele considerou "absurda" a afirmação do ministro Mailson da Nóbrega de que o prejuízo seria de Cz\$ 1,6 trilhões. Em sua opinião, esse dado não bate com a análise que a confederação e assessores de Mansueto de Trabalho fizeram dos balanços e relatórios do Banco Central, bancos estaduais e privados. Segundo ele, as dívidas dos pequenos e microempresários e agricultores

não somam Cz\$ 200 bilhões, valor "já cobrado algumas vezes pelo banco". Cascaes afirma que os bancos não terão prejuízo, apenas "perderão a galinha dos ovos de ouro" e a possibilidade de "manter o pessoal na coleira, através de trabalho escravo".

Para o presidente da confederação, que chega amanhã a Brasília acompanhado de 30 presidentes de associações, nunca, nem mesmo na época do Brasil Colônia, houve

transferência tão "violenta" de renda do setor produtivo para o sistema bancário. Ele defende que o "governo assuma a responsabilidade" pelo que aconteceu, já que pequenos e microempresários "foram incitados" a tomar empréstimos para produzir e criar empregos. Os bancos, segundo Cascaes, lucraram US\$ 7,5 bilhões "só na virada do fim do Plano Cruzado, sem fazer nada". Por isso, "nada mais natural" que corrijam "um sistema que já provocou suicídios e enfartes".

FOLHA DE SÃO PAULO

11 JUN 1990